

THOREAU, Henry David. *A Desobediência Civil*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2012, 150 p.

Brenda Souza Santos¹

Henry David Thoreau nasceu em Concord, no ano de 1817, em Massachusetts-EUA. Graduou-se em Literatura clássica pela Universidade de Harvard e foi professor, poeta, naturalista, historiador e filósofo. Publicou em 1854 a obra *Walden*, que descreve sua experiência de dois anos de reclusão na floresta de Concord. Foi preso por se recusar a pagar impostos, justificando que esse dinheiro seria empregado pelo governo americano na guerra contra o México, o que acabou resultando na elaboração de sua principal obra *A Desobediência Civil*, em 1849. Mais tarde, esse livro exerceria forte influência nas lutas de resistência pacíficas de grandes nomes da política, como Mahatma Gandhi e Martin Luther King.

N'A *Desobediência Civil*, o autor apresenta o seguinte pensamento: “o melhor governo é o que menos governa”² antes mesmo do povo reconhecer; o governo escolhido pelo povo, para satisfazer seus anseios, estaria sujeito ao abuso e à perversão. E, embora na época se pensasse que o governo fosse algo conveniente a todos os homens, para o autor, em dado momento, ele se tornaria inconveniente, se se tratasse de impedimento ao livre desenvolvimento do povo.

O homem só estaria próximo de alcançar um governo melhor, se expressasse o tipo de governo capaz de conquistar seu respeito. Todo homem deve ter compromisso com sua própria consciência antes de subordinar-se ao legislador, pois deve primeiro assumir sua condição de homem e, posteriormente, a de súdito.

O respeito ao direito deve ser precedente às leis, e é obrigação humana fazer em todo tempo o que se julga ser correto. A lei em momento algum tornou os homens mais justos, sequer mais confiáveis. E é justamente o respeito irrestrito que se tem à norma aquilo que corrompe até os mais bem-intencionados e os converte, cada vez mais, em agentes praticantes de injustiças.

¹ Graduanda em Direito pela FASC-OAPEC (2º ano). E-mail: brenda_souza77@hotmail.com

² Thoreau, Henry David. *A Desobediência Civil*. São Paulo. Schwarcz S.A., 2012, pág. 07.

Na obra em questão, o autor traz como exemplo o exército: um conjunto de homens que servem ao Estado não na qualidade de homens, mas como máquinas não enquanto corpos. Estes são apreciados pelo Estado como bons cidadãos. Ainda, há aqueles que servem ao Estado a partir da lógica e da racionalidade, são legisladores, políticos, advogados, funcionários públicos, entre outros. Há aqueles que dispõem de sua consciência como heróis, e são chamados de patriotas ou reformadores. Por fim, há homens que resistem aos patriotas - na maioria das vezes, são considerados inimigos do Estado.

Thoreau segue observando que os homens reconheceriam o direito de revolução quando a tirania ou a ineficiência fossem intoleráveis. O direito de revolução consistiria numa forma de resistência pacífica que recusa a obediência ao governo, e os revolucionários não deveriam contribuir com a máquina estatal dos EUA que, por sua vez, deveria cessar a guerra contra o México e a escravidão. Muitos são os que se opõem ao governo, mas permanecem inertes, justificando não saber o que fazer. No máximo, depositam votos de acordo com o que julgam ser correto e deixam de ultrapassar o limite da simples conveniência. Recusar apoio prático às ações tidas como equivocadas é dever de todos, pois uma ação é constituída de princípios. A percepção do que é certo muda as relações sociais, e isso é, para o autor, algo essencialmente revolucionário. Embora ainda existissem opositores ao governo, boa parte acabou por se dispor à obediência.

A questão central da obra de Thoreau desenvolve-se ao evidenciar que o governo submete os homens a cumprir leis, às vezes, tidas como injustas. Devemos tentar aperfeiçoar as leis e obedecê-las até alcançar a revolução? Ou tratar-se-ia de imediatamente transgredi-las? Ocorre que, numa sociedade como a de Thoreau, os homens aguardam que a maioria se convença para que as leis sejam alteradas. A transgressão tolerada pelo governo é sua própria prática deliberante de autoridade, quando estas acabam por extrapolar os limites de suas prerrogativas. Se a injustiça fizer parte da máquina estatal, talvez ela acabe por desgastar-se.

A partir dessa ideia, o autor afirma que um homem não precisa fazer tudo, mas deve sempre posicionar-se, defender direitos civis que estiverem em risco ou ameaçados, por intermédio da resistência pacífica. Se houvesse, em

Massachusetts, um homem com a iniciativa de deixar de ter escravos, abandonando sua participação e assumindo o risco de ir preso, isso seria um ponto de partida a abolição da escravidão na América. Diante de um governo que prende qualquer um injustamente, o lugar de um homem justo é também na prisão, onde o Estado destina os que não estão com ele, sem hesitar.

Deixar de cumprir com o pagamento de impostos, é também não capacitar o Estado a cometer violência, para que não seja derramado sangue inocente. Quando não há submissão do súdito, a revolução se consuma. Pois a própria consciência ferida vem a ser uma espécie de derramamento de sangue. Sujeitar-se às penas decorrentes da desobediência ao Estado custa menos do que poderia custar ao obedecê-lo.

Thoreau foi preso por negar-se a pagar impostos, não havia motivo para contribuir para o bom funcionamento da máquina do Estado, e ser preso seria estar fora do seu alcance. O ato de desobediência surgiu como uma espécie de declaração, ainda que de modo silencioso, de guerra ao Estado. Não era seu intuito brigar com homens ou com a nação; de certo modo, até buscava desculpa para acatar as leis, mas nem sempre é necessário viver sob a autoridade de um governo.

Em sua grande maioria, estadistas e legisladores estão tão firmados nas instituições que suas visões não conseguem ser francas. Não havia, na ocasião, quem tomasse a palavra para esclarecer tais controvérsias do momento. Ainda que o povo arbitrariamente estivesse disposto a submeter-se à autoridade do governo, esta é impura. Para ser justa, é necessário o consentimento entre os governados e a aprovação da ordem. O progresso de uma monarquia limitada para uma democracia significaria primeiro, respeito pelo indivíduo. O Estado deve reconhecer o indivíduo como poder independente do qual deriva o seu próprio poder e autoridade; deve tratá-lo como semelhante.

Em seu retiro na floresta, Thoreau descobriu lugares para morar, a redução de bens materiais, pois, para o autor, a riqueza de um homem somente deveria ser proporcional à quantidade de coisas que se pode abrir mão. Conferir simplicidade à própria vida era o que os homens perdiam por valorizar propriedades materiais, o dinheiro que acaba por desumanizar as pessoas.

Na obra analisada, o Tribunal de Boston contava com homens armados para submeter prisioneiros a um julgamento e descobrir se eles são escravos. Nesse sentido, que utilidade teria o governador, se quando a liberdade esta ameaçada, ele se permite estar na profunda obscuridade? A influência de um governador recai sob proprietários de escravos, ou seja, sobre a própria injustiça. A força militar do Estado se empenha em capturar homens fugitivos que são considerados propriedades; porém, não há soldado para salvar esse cidadão de Massachusetts. Um governo acaba se tornando motivo de riso e piada quando pratica e persiste na injustiça. A lei do escravo fugitivo não esta à altura da razão.

Ainda, o autor persiste em afirmar que a decisão de tornar livre uma parte da nação é disposta aos tribunais de justiça, mas a lei nunca tornou livres os homens, e são eles que devem tornar livre a lei, observando-a toda vez que o governo a violar. Portanto, aos compatriotas, que sejam primeiro homens e, depois americanos. A lei, antes de tudo, deve manter unida a humanidade. O país não dependeria apenas dos resultados das eleições, mas também do tipo de homem que somos ao sair de casa. A preocupação do Estado de Massachusetts deveria se voltar à abolição da escravatura e do servilismo, em dissolver a relação do Estado com esses tais proprietários de escravos – isto sim seria um passo significativo. Não é possível tranquilidade num país em que governantes e governados são desprovidos de princípios.

Quando boa parte de terra não se resume a propriedades privadas, aqueles que andam sobre a paisagem usufruem de relativa liberdade. Os homens não estão igualmente preparados para a civilização, impulsos selvagens ainda afloram em alguns. O alto nível em que podemos ascender é a sintonia com a inteligência e não propriamente o conhecimento, estudar as leis de acordo com o que é conveniente, é útil para saber a que estamos obedecendo.

Thoreau segue descrevendo que a tributação sem representação é injustiça. De que servem os impostos se há uma parcela da sociedade que não é representada? O homem não precisa dedicar sua vida a uma luta por justiça, mas tem o dever de não dar o apoio prático a injustiça. Se algo precisa ser feito, deve ser para o bem comum. A desobediência civil pacífica é necessária e vital para se construir com uma sociedade mais justa. A democracia não é o último passo para que se alcance um governo melhor, mas o reconhecimento dos

direitos fundamentais do homem. O autor buscou uma forma alternativa de evidenciar sua insatisfação com o Estado, contestando leis injustas até que essas leis atendessem aos interesses sociais.

A desobediência civil trata de leis mais legítimas para que se alcancem reformas em um ordenamento que às vezes cria leis inócuas, e obsoletas. Esse mecanismo de desobediência visa realizar mudanças essenciais na estrutura do Estado, regular de alguma forma a ação do Estado, para que este não exceda seu campo de atuação, garantindo direitos fundamentais que já consagrados, devem permanecer protegidos.

O direito é dinâmico e deve acompanhar a realidade social, aperfeiçoando-se para que não deixe de atender as devidas necessidades de cada época, de modo a possibilitar uma aceitação da sociedade com a legislação vigente. Quando uma lei é considerada injusta, a que tipo de consequências alguém está disposto a submeter-se para ir contra ela? É certo que optar por apoiar a lei ou resistir corresponde a diferentes pesos. Por esse motivo, acerta o autor ao compreender que o homem deve buscar em seu caráter uma posição frente ao Estado.